

O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (PNE), OS NÚMEROS DO SIOPE E A EDUCAÇÃO EM BARRA DO GARÇAS – MT

THE NATIONAL EDUCATION PLAN (PNE), SIOPE NUMBERS AND EDUCATION IN BARRA DO GARÇAS – MT

Odorico Ferreira Cardoso Neto²¹

Karolayne Pereira Marques²²

Talia Moreira Souza²³

Área temática: Educação

Resumo: O presente estudo tem como alvo trazer informações, ponderações e discussões sobre a educação no município de Barra do Garças – MT e como está se dando seu desenvolvimento e financiamento de acordo com os dados disponibilizados no Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação (SIOPE) e observatório do PNE. Para isso foi utilizada a pesquisa bibliográfica e documental com a coleta de dados em leis e plataformas governamentais. Além disso foram utilizados dados obtidos através do projeto de pesquisa: “Políticas para a Educação Pública Básica e seu Financiamento, em desenvolvimento na Universidade Federal de Mato Grosso, Campus Universitário do Araguaia. O objetivo é analisar a situação da educação no referido município frente ao Plano Nacional de Educação (PNE) e como está se dando o seu custeio. A situação atual é um campo repleto de dados desatualizados, faltam dados quanto ao cumprimento e acompanhamento não só do PNE, mas também dos planos educacionais estadual e municipal. No tocante às despesas, o que se pode observar são restos a pagar durante o período analisado (2017-2020) e uma divergência entre os dados disponibilizados na plataforma do SIOPE e no Portal da Transparência. Dessa forma, é lógica a ideia de que é preciso refletir sobre a educação desde o nível municipal até o nacional no sentido de se descobrir onde estão as falhas que impedem o país de ter uma educação socialmente engajada, universalizada e de qualidade.

Palavras-chave: Educação. SIOPE. Plano Nacional de Educação. Políticas Educacionais. Araguaia.

Abstract: This study aims to bring information, considerations and discussions about education in the municipality of Barra do Garças - MT and how its development and financing is taking place according to the data available in the Information System on Public Budgets in Education (SIOPE) and PNE observatory. For this, bibliographical and documental research was used with data collection in laws and government platforms. Furthermore, data obtained through the research project were used: “Policies for Basic Public Education and its Financing, under development at the Federal University of Mato Grosso, Campus Universitário do Araguaia. The objective is to analyze the situation of education in that municipality in relation to the National Education Plan (PNE) and how it is being funded. The current situation is a field full of outdated data, lacking data on compliance and monitoring not only of the PNE, but also of state and municipal educational plans. With regard to expenses, what can be observed are leftovers to be paid during the analyzed period (2017-2020) and a divergence between the data available on the SIOPE platform and on the Transparency Portal. Thus, the idea that it is necessary to reflect on education from the municipal to the national level is logical in order to find out where are the flaws that prevent the country from having a socially engaged, universalized and quality education.

Keywords: Education. SIOPE. National Education Plan. Educational Policies. Araguaia.

²¹ Professor, Pós Doutor em Educação, Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), kikoptbg@gmail.com.

²² Graduanda em Direito, Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), karolayne.med@hotmail.com.

²³ Graduanda em Geografia, Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), taliamoreirasouzatalia@hotmail.com.

INTRODUÇÃO

As políticas públicas educacionais visam a ampliação do acesso à educação para todos, tendo como objetivo criar uma sociedade apta para contribuir com o crescimento e desenvolvimento da nação.

Assim, se faz necessário analisar a educação e as políticas educacionais com um olhar voltado para o país e também para os municípios afim de que se tenha um desempenho satisfatório na missão de promover uma educação pública de qualidade.

Com isso o presente estudo se justifica por trazer uma análise sobre a educação no município de Barra do Garças-MT levando em consideração o Plano Nacional de Educação (PNE) e o Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação (SIOPE).

Ademais, para possibilitar tal análise, levou-se em conta, além dos dados obtidos em plataformas governamentais e leis, discussões desenvolvidas no projeto de pesquisa “Políticas para a Educação Pública Básica e seu Financiamento” em desenvolvimento na Universidade Federal de Mato Grosso – Campus Universitário do Araguaia (UFMT – CUA), estudo que pesquisa a educação em 30 municípios do Vale do Araguaia, sendo um deles Barra do Garças - MT.

Portanto, o presente artigo busca compreender o desenvolvimento e financiamento da educação no município pesquisado, organizando-se em uma breve exposição sobre como se estrutura a educação no local, em seguida uma análise das metas do PNE cumpridas no município e uma apresentação de informações que mostram em que consistiu o custeamento da educação na localidade no período de 2017 a 2020, bem como a divergência de tais dados em plataformas distintas.

O MUNICÍPIO E A EDUCAÇÃO

O município de Barra do Garças-MT faz parte do Vale do Araguaia, delimita as fronteiras do Estado de Mato Grosso e Estado de Goiás e é repleto de belezas naturais como as diversas cachoeiras e praias de água doce.

Formado por pessoas de diferentes estados, o município conta com a população estimada de 61.135 pessoas, com a extensão territorial de 9.142 Km² (IBGE) e se situa no Nordeste Matogrossense, Médio Araguaia, a cerca de 508 km da capital Cuiabá (IBGE, Censo Demográfico 2010).

Além disso, em relação a estrutura da educação na cidade, em concordância com o IBGE (2020), a cidade conta com 45 escolas de nível fundamental, com 579 docentes e 8.690 alunos matriculados nesse nível. No que diz respeito ao nível médio, o município possui 18 escolas, 310 docentes e 2.913 alunos matriculados.

Ainda, a taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade chega a 96,3% (IBGE, Censo Demográfico 2010) e em relação ao seu Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), de

acordo com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), Barra do Garças-MT alcançou 5,7 referente aos anos iniciais (2019); 4,5 referente aos anos finais (2019) e não apresentou dados referentes ao ensino médio.

Desse modo, é nesse cenário que passamos a tecer discussões a respeito do desenvolvimento da educação do município, seu financiamento e refletir se este vem cumprindo com seu papel de tornar os cidadãos aptos para a vida em sociedade.

Uma análise do Plano Nacional de Educação

O Plano Nacional de Educação (PNE) surgiu como um projeto de lei com o intuito de acompanhar desde municípios, estados até o nacional, visando sempre coletar dados e acompanhar o desenvolvimento da educação nacional. O atual PNE entrou em vigor em 2014 e tem o seu fim marcado para o ano de 2024, nele são apresentadas 20 metas educacionais e tem como alvo cumprir todas elas em todos os municípios do país.

Desse modo, com o foco voltado para o município de Barra do Garças – MT devemos analisar quais metas do PNE foram concretizadas durante esses 7 anos de vigência.

Os dados apresentados a seguir foram retirados do Observatório do PNE no ano de 2019, tendo em vista que muitos dados desapareceram da plataforma após o referido ano. Assim, no município de Barra do Garças – MT foram cumpridas as seguintes metas:

[...] META 2: Universalizar o Ensino Fundamental de 9 anos para toda a população de 6 a 14 anos e garantir que pelo menos 95% dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PNE. [...] META 4: Universalizar, para a população de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados [...] META 8: Elevar a escolaridade média da população de 18 a 29 anos, de modo a alcançar no mínimo 12 anos de estudo no último ano de vigência deste Plano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). [...] META 11: Triplicar as matrículas da Educação Profissional Técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% da expansão no segmento público. [...] META 16: Formar, em nível de pós-graduação, 50% dos professores da Educação Básica, até o último ano de vigência deste PNE, e garantir a todos os(as) profissionais da Educação Básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino. [...] META 18: Assegurar, no prazo de 2 anos, a existência de planos de Carreira para os(as) profissionais da Educação Básica e Superior pública de todos os sistemas de ensino e, para o plano de Carreira dos(as) profissionais da Educação Básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal. META 19: Assegurar condições, no prazo de 2 anos, para a efetivação da gestão democrática da Educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto. [...] (PNE, 2014)

Logo, o que se observa é que das 20 metas do Plano Nacional de Educação apenas 7 conseguiram atingir sua efetivação, porém não chegando nem na metade do que foi proposto.

Ainda, em relação ao Plano Estadual de Educação não se encontram muitas informações sobre as metas cumpridas, mas segundo o relatório da SEDUC-MT, divulgado no ano de 2018, apenas duas metas teriam sido cumpridas em todo Estado. Já, em relação ao Plano Municipal de Educação, não se encontram indicadores e/ou relatórios sobre quais metas já foram concretizadas.

Portanto, é fato que para conseguir alcançar o objetivo geral até o ano de 2024 será preciso que o município trabalhe arduamente. Além disso, levando em consideração o momento atual (surgimento da pandemia da Covid-19 em 2020), que demandou o distanciamento social e a utilização do ensino a distância, o que se tem é que as metas que não conseguiram ser atingidas passam por mais esse obstáculo, aumentando assim o temor de que o Plano Nacional de Educação não seja cumprido nem em 20% das metas estabelecidas.

Uma análise dos dados do SIOPE

Sobre as classificações das despesas utilizadas para produzir tal estudo, foi empregue a dotação atualizada que se trata da fase de planejamento, ou seja, o valor inicial aprovado, seguido da fase de execução, onde se tem a despesa empenhada que é aquela que o gestor cria a obrigação de pagar, após isso se tem a despesa liquidada que consiste no valor total do que foi feito ou comprado e, por fim, se tem o pagamento de tal despesa que se nomeia, logicamente, despesas pagas.

Nesse sentido, em relação ao município pesquisado foram colhidos dados sobre as despesas com a educação na plataforma do Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação (SIOPE), senão vejamos:

Quadro 1 – Despesas do Município

	2017	2018	2019	2020
Dotação Atualizada	40.288.171,31	40.367.288,81	43.015.171,83	48.974.052,65
Despesas Empenhadas	34.165.047,05	39.770.264,04	42.865.498,33	48.987.143,14
Despesas Liquidadas	33.865.174,57	39.665.062,62	42.731.585,11	48.873.457,27
Despesas Pagas	33.277.077,38	38.407.283,33	41.513.683,07	48.581.695,01

Fonte: SIOPE/FNDE (2021).

Os dados apresentados demonstram um aumento considerável do orçamento disponível para empenho na educação do município nos últimos 4 anos. No período considerado, a dotação atualizada

aumentou cerca de oito milhões de reais e observando os anos de 2019 e 2020 temos um salto de mais de cinco milhões em um ano.

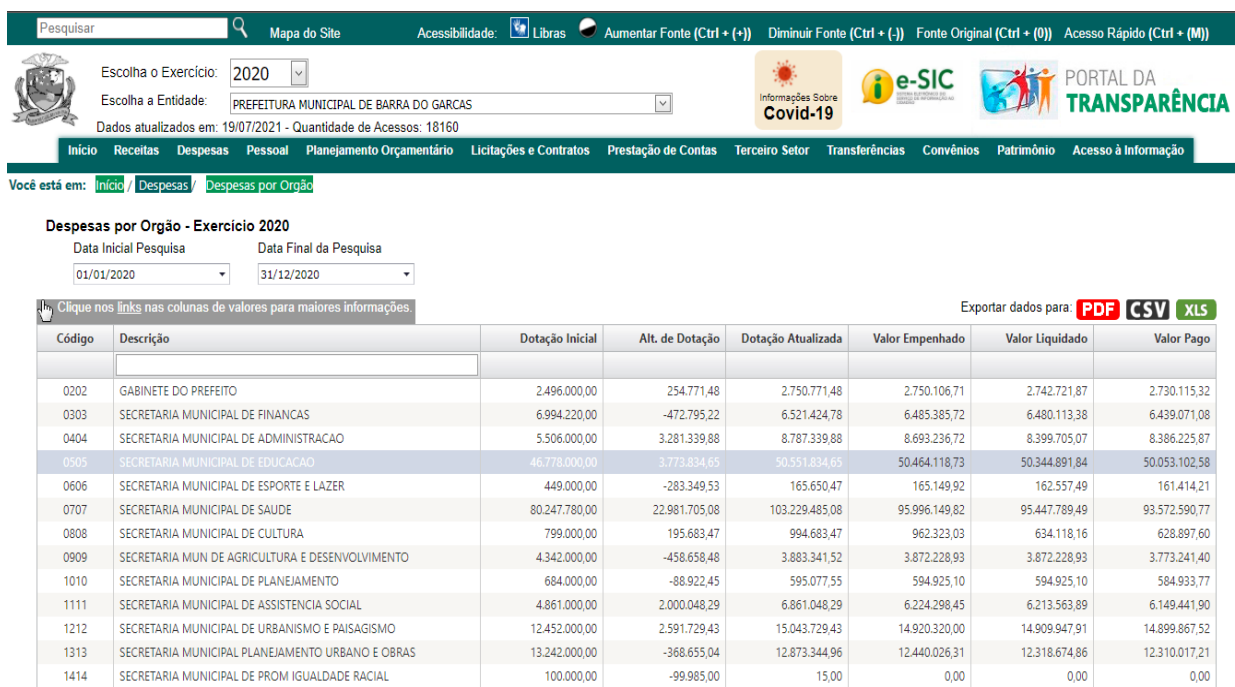
Além disso, outro ponto que chama atenção é que no ano de 2017 as despesas empenhadas foram bem abaixo da quantia disponível para empenho (cerca de seis milhões não empenhados).

Seguindo o raciocínio, temos a Lei n.º 4.320/1964 que versa em seu artigo 36 sobre restos a pagar, vejamos: “Consideram-se Restos a Pagar as despesas empenhadas, mas não pagas até o dia 31 de dezembro distinguindo-se as processadas das não processadas”.

Dessa forma, outra questão apresentada pelos dados da plataforma é que apesar de, nos anos de 2017 a 2020, a dotação atualizada ser superior às despesas liquidadas, o município ainda ficou com restos a pagar.

Feito tais ponderações, passamos a outro aspecto intrigante dessa análise de dados. Para isso é necessário a observação dos dados apresentados pelo município junto a plataforma do Portal da Transparência no ano de 2020. Nesse sentido:

Figura 1 – Despesas do Município por Órgão



The screenshot shows the 'Portal da Transparência' interface. At the top, there's a search bar and navigation links. The main content area displays a table titled 'Despesas por Órgão - Exercício 2020'. The table has columns for 'Código', 'Descrição', 'Dotação Inicial', 'Alt. de Dotação', 'Dotação Atualizada', 'Valor Empenhado', 'Valor Liquidado', and 'Valor Pago'. The data is filtered for the year 2020 and the entity 'PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO GARCAS'. The table lists various departments and their respective budget and expenditure figures.

Código	Descrição	Dotação Inicial	Alt. de Dotação	Dotação Atualizada	Valor Empenhado	Valor Liquidado	Valor Pago
0202	GABINETE DO PREFEITO	2.496.000,00	254.771,48	2.750.771,48	2.750.106,71	2.742.721,87	2.730.115,32
0303	SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS	6.994.220,00	-472.795,22	6.521.424,78	6.485.385,72	6.480.113,38	6.439.071,08
0404	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO	5.506.000,00	3.281.339,88	8.787.339,88	8.693.236,72	8.399.705,07	8.386.225,87
0505	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO	46.778.000,00	3.773.834,65	50.551.834,65	50.464.118,73	50.344.891,84	50.053.102,58
0606	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER	449.000,00	-283.349,53	165.650,47	165.149,92	162.557,49	161.414,21
0707	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	80.247.780,00	22.981.705,08	103.229.485,08	95.996.149,82	95.447.789,49	93.572.590,77
0808	SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA	799.000,00	195.683,47	994.683,47	962.323,03	634.118,16	628.897,60
0909	SECRETARIA MUN. DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO	4.342.000,00	-458.658,48	3.883.341,52	3.872.228,93	3.872.228,93	3.773.241,40
1010	SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO	684.000,00	-88.922,45	595.077,55	594.925,10	594.925,10	584.933,77
1111	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	4.861.000,00	2.000.048,29	6.861.048,29	6.224.298,45	6.213.563,89	6.149.441,90
1212	SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E PAISAGISMO	12.452.000,00	2.591.729,43	15.043.729,43	14.920.320,00	14.909.947,91	14.899.867,52
1313	SECRETARIA MUNICIPAL PLANEJAMENTO URBANO E OBRAS	13.242.000,00	-368.655,04	12.873.344,96	12.440.026,31	12.318.674,86	12.310.017,21
1414	SECRETARIA MUNICIPAL DE PROM. IGUALDADE RACIAL	100.000,00	-99.985,00	15,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Adaptado de: Portal da Transparência (2021).

Ao fazer uma análise breve o que se constata é a diferença de pouco menos de cem mil reais entre a dotação atualizada e as despesas empenhadas e os restos a pagar. Porém o ponto mais instigante, é a diferença, cerca de um milhão, apresentada entre os dados obtidos na plataforma do SIOPE e os dados obtidos por meio do Demonstrativo de Despesa por Órgão no Portal da Transparência.

Assim, o que se vê é uma incongruência quanto a apresentação de dados, bem como em relação

as despesas empenhadas e pagas corroborando que tal área precisa de mais atenção tanto pelos gestores, como pela população.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É fato que os planos municipais, estaduais e nacional são o espelho para a qualificação do nosso sistema educacional, mas o que vem sendo apresentado nos últimos anos é que tais planos não estão recebendo a atenção necessária, até mesmo o acesso aos dados para o acompanhamento são de difícil acesso.

Há a existência de um vácuo de informações entre o proposto e o feito nos municípios deixando certa dúvida: os planos estão sendo executados corretamente? Os resultados apontam é um cenário em que nem mesmo as plataformas governamentais, que foram criadas para fornecer os dados e acompanhar os planos educacionais, funcionam corretamente.

Deste modo, no cenário atual, as políticas públicas educacionais e seu financiamento mais do que nunca devem ter mais atenção por parte dos gestores com o fito de serem efetivadas da forma como foram propostas, sendo possível sua concretização e acompanhamento em todas as regiões do país e não só no Vale do Araguaia, o que torna necessário a identificação de onde vem o impasse, se é na quantidade de recursos financeiros recebidos ou na forma de geri-los.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb)**. Brasília, DF, 2020. Disponível em: <http://ideb.inep.gov.br/resultado/resultado/resultado.seam?cid=9144511> Acesso em 22 de jul de 2021.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências**. Brasília, DF: Senado Federal, 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm Acesso em 22 de jul de 2021.

BRASIL. **Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964**. Brasília, DF: Senado Federal, 1964. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4320.htm#:~:text=LEI%20No%204.320%2C%20DE%2017%20DE%20MAR%C3%87O%20DE%201964&text=Estatui%20Normas%20Gerais%20de%20Direito,Munic%C3%ADpios%20e%20do%20Distrito%20Federal Acesso em 22 de jul de 2021.

BRASIL. SIOPE/FNDE – Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação. **Quadro de Resumo de Despesas**. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/siope/relatorioQuadroResumoDespesasMuni.do?acao>. Acesso em: 22 jul 2021.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. São Félix do Araguaia. **Censo Demográfico, 2010**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/barra-do-garcas/panorama> Acesso em 22 de jul de 2021.

OBSERVATORIO DO PNE. **Indicadores de Metas – Visão Geral**. Disponível em: <<https://www.observatoriodopne.org.br/indicadores/metas>> acesso em: 22 de jul de 2021.
SCPI - Sistema de Contabilidade Pública Integrado. **Portal da Transparência, São Félix do Araguaia/MT**. Fiorilli Softwares, 2016. Disponível em:
<<http://fiorilli.barradogarcas.mt.gov.br:8079/transparencia/>> Acesso em 22 de jul de 2021.

SEDUC. **Indicadores de Resultados do Plano Estadual de Educação**. Disponível em: <<http://www2.seduc.mt.gov.br/documents/8125245/9121200/PEE+-+06.11.18%282%29.pdf/6824b935-59bf-824d-a68e-3fd349024b93>> acesso em: 22 de jul de 2021.